

A República e as Letras



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOÃO CHAGAS E A REPÚBLICA EM LETRA DE FORMA

RESUMO

Em «João Chagas e a República em letra de forma» apresentamos uma síntese dos contributos deste jornalista, escritor e panfletário durante as últimas décadas da Monarquia e político e diplomata em Paris durante a vigência da 1.^a República, para a consolidação da ideia de República em Portugal. Este estudo evidencia que a contribuição de João Chagas é particularmente explicitada através de artigos publicados em vários jornais, de panfletos impressos e distribuídos em edição de autor ou por editoras republicanas, bem como de artigos reunidos em livros.

PALAVRAS-CHAVE: João Chagas, República, Imprensa, Republicanismo, Grande Guerra.

243

JOÃO CHAGAS AND THE REPUBLIC IN THE PRINT LETTERS

ABSTRACT

This text provides an overview of the contributions of the journalist, writer and pamphleteer João Chagas to the consolidation of the idea of the Republic in Portugal during the last decades of the monarchy, and also as a politician and diplomat during the First Republic. It draws attention to his explicit contributions in articles published in various newspapers, in pamphlets published in author's editions or by Republican presses, as well as collected in book form.

KEYWORDS: João Chagas, Republic, the Press, Republicanism, Great War

244



É domingo, 2 de Agosto de 1914, e Paris amanhece com «ar de sala em que correram os reposteiros»¹. O silêncio reina pelas avenidas e ruas da cidade, sendo só interrompido pela voz dos ardinás que apreçoam os jornais. As folhas vão esvoaçando rua fora mas não sem antes a sua leitura ter funcionado como calmante. Aquilino Ribeiro observa e escreve: «é este um dos primeiros benefícios que verifico em saber-se cortar letra de forma e não ter opinião própria. O francês em realidade poupa-se ao incómodo de raciocinar. A gazeta é o seu alcorão. Ela lhe leva todas as manhãs o que há-de pensar, o que deve dizer, o que convém cumprir como eleitor e contribuinte. Fica assim liberto de tarefa tremenda, a de julgar e de criticar. Deste modo, o seu cérebro está fresco como terra virgem para toda a espécie de vida prática. Aos profissionais o encargo de dirigir-lhe a consciência republicana e social. E, quando lê o jornal, é de ânimo convicto, rendido à opinião, que compra por dez réis, sem procurar sequer ler nas entrelinhas. O jornal político da cor e a mulher são na terra as suas verdades absolutas e reveladas. Quando deixar de crer nelas subentenda-se que houve catástrofe».²

Ora, este retrato da capital francesa - a primeira que reconhece a República portuguesa - narrado por Aquilino Ribeiro, é em tudo idêntico ao quadro que podemos pintar da realidade portuguesa da época e das décadas anteriores. Neste período, na generalidade dos países europeus, a Imprensa apresenta uma relação dialéctica com os diversos sistemas ou regimes políticos. Ora sendo instrumento do poder, ora sendo espaço de luta pela liberdade de expressão, a Imprensa vive, ou sobrevive, associada à política. Em Portugal, o sector era então regulado pela Lei de 28 de Outubro de 1910, promulgada pelo *Governo Provisório* da recém implantada República. Esta é uma lei que estabelece, no seu artigo 1.º, «o direito de expressão do pensamento pela Imprensa» e determina que a actividade jornalística é «livre, independente de caução, censura ou autorização prévia». Este diploma revoga a Lei repressiva da Imprensa de 1907, e é a única lei que, no período de 1910 a 1926, abrange os aspectos principais da liberdade de expressão do pensamento pela Imprensa, sendo tão liberal que permite, conforme estipulado no seu artigo 13.º, a crítica de «diplomas legislativos, doutrinas políticas e

¹ Aquilino Ribeiro, *É a Guerra, Diário*, Amadora : Bertrand, 1975, p. 38.

² *Idem*, p. 47.

religiosas, actos do governo, das corporações e de todos» os que exercessem funções públicas». Esta permissão é justificada, por um lado, com a necessidade de «preparar a opinião pública para as reformas necessárias» e, por outro, de permitir aos periódicos e, consequentemente à opinião pública, a vigilância da execução das leis e das normas da administração pública.

Digamos que uma das primeiras prioridades dos republicanos é dar forma de lei à ideologia liberal que propagandearam através da Imprensa nas duas últimas décadas da Monarquia. Porém, entre a utopia liberal e a realidade de governar há uma clivagem que atravessa toda a 1.^a República. João Chagas, que, nos últimos vinte anos da Monarquia, se assume como um jornalista, um panfletário, um publicista e um escritor, tão admirado e respeitado, quanto temido, dependendo da ideologia política dos que o lêem, é, durante a 1.^a República, um político e um diplomata que compreenderá a importância que tem «saber-se cortar letra de forma». Por isso, sempre que as circunstâncias o exigem, procura que a Imprensa faça eco das suas opiniões, no sentido de ajudar a formar a opinião dos tais que não têm opinião própria. Assim, se forma a opinião pública durante a 1.^a República.

De facto, João Chagas, agora diplomata em Paris, não esquece a relevância do seu papel como jornalista combativo pela causa republicana nas duas últimas décadas da Monarquia. E, apesar desse combate contra a Monarquia ter sido travado em vários periódicos, nos quais escreve (como o *República*, o *Justiça Portuguesa*, *A Marselheza*, entre outros), aprendera uma lição especial na redacção diária de *A República Portuguesa*, o jornal republicano mais fulgurante na crítica às instituições monárquicas e seus principais protagonistas, que resulta da reacção ao *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890 e que tem um papel decisivo na preparação da malograda revolução de 31 de Janeiro de 1891, até hoje identificada com uma espécie de ensaio geral para a revolução que instaura a República em Portugal.

O jornal *A República Portuguesa* sai para as ruas do Porto, pela primeira vez, a 1 de Setembro de 1890. João Chagas, seu redactor principal (funções que hoje podemos equiparar a um director de jornal) completa, nesse mesmo dia, 27 anos. É então um jornalista com créditos firmados, com mérito reconhecido, um homem que «persuadia sem discutir, porque não discutia. [...] Propunha o argumento e logo inva-

lidava a réplica». ³ É um homem de origens liberais, tradicionalmente leais à Monarquia, que, após o *Ultimatum* inglês rompe definitivamente com a tradição familiar e se deixa seduzir pelos ideais republicanos. Simplesmente, porque o ultimato, «na sua formulação intimidativa e vexatória» ⁴ cria «um geral sentimento de insatisfação cívica e uma reacção generalizada de anglofobia» ⁵ que, rapidamente, conduz os sectores mais inconformados da sociedade portuguesa a uma propaganda activa e indignada contra a Monarquia Constitucional. Neste contexto, converte-se, rapidamente, numa das personalidades que, em artigos sucessivos publicados nos principais jornais republicanos, «imputaram ao Trono todas as responsabilidades da intimação britânica, exautoraram sem complacência os governantes monárquicos e [assim] prepararam o clima febril de que sairia a tentativa revolucionária do 31 de Janeiro de 1891». ⁶

A conjuntura em que surge *A República Portuguesa* é semelhante àquela em que se verifica o aparecimento de jornais em 1 de Setembro de 1809. Nesta altura, assiste-se ao aparecimento de jornais, que pretendem criar as condições para um levantamento patriótico da opinião pública contra os invasores franceses. Em 1 de Setembro de 1890, *A República Portuguesa* nasce com o objectivo de preparar o levantamento patriótico da opinião pública contra os usurpadores ingleses. Há, porém, uma diferença: *A República Portuguesa* aparece também contra a Monarquia Constitucional e os seus representantes, com o Rei à cabeça, retratando-os a todos, nas suas páginas, como uma espécie de vendilhões do Templo (Portugal e as colónias africanas) aos ingleses.

Se, em 1809, os periódicos se constituem para resistir à invasão francesa, em 1890, *A República Portuguesa* é fundada para enfrentar a intimação britânica e para preparar o povo português para uma revolução republicana (que, apesar de malograda, vem a acontecer cinco meses depois do início da sua publicação, concretamente a 31 de Janeiro de 1891, no Porto). Repare-se que, este é um tempo em que a vontade

³ Alfredo de Mesquita, *João Chagas*, Lisboa : Parceria António Maria Pereira, 1930, p. 30.

⁴ Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu : Palimage Editores, 2001, p. 15.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Idem*, p. 22.

popular não dispõe de organizações que, de algum modo, a representem e a mobilizem [...], pelo que os jornais têm a maior importância para o enquadramento e a mobilização da opinião pública.⁷

Este objectivo circunstancial é claramente determinado logo no número um de *A República Portuguesa*. Isto, apesar deste primeiro número ter sido publicado apenas cinco meses volvidos sobre a entrada em vigor do Decreto de 29 de Março de 1890, que representa a adopção de uma atitude repressiva sobre a Imprensa. Na primeira página, João Chagas assina um artigo (hoje designaríamos editorial), no qual apresenta as ideias subjacentes ao seu projecto jornalístico. Dizemos ‘seu’, porque, na verdade, esta folha republicana evidencia a sua combatividade, a sua coragem, a sua persistência, mas denuncia também os seus impulsos de temperamento, um conjunto de características próprias que lhe valem ameaças, perseguições, e, por fim, a prisão e o exílio.

Mas, regressemos ao número um. João Chagas escreve que a missão de *A República Portuguesa* orientar-se-á pela «atitude do povo português» e que a sua obra «será inteiramente e desassombradamente revolucionária», querendo com isto dizer que «será um jornal de combate» que «dirá tudo o que for mister: a despeito da vontade do Rei; a despeito da tirania dos governos; a despeito do ódio e da antipatia dos homens e dos partidos que exploram o país». Num apelo ao sentimento patriótico, confia que «Portugal vai erguer os braços, [...] e varrer do norte ao sul» aquilo que denomina como a «feira franca de cortesãos ociosos, ministros corruptos e funcionários vadios, a matilha dos que [o] exploram, dos que [o] roubam e dos que [o] vendem», e que, por isso, «vai reabilitar-se, ser [enfim] um país digno e honesto e dar ao mundo o espectáculo de uma pequena nação que castiga e se desafronta».⁸

248

⁷ Cfr. José Manuel Tengarrinha, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra : MinervaCoimbra, 2006, p. 19.

⁸ *A República Portuguesa*, n.º 1, 1 de Setembro de 1890, p. 1.



A Republica Portuguesa, n.º 1, 1 de Setembro de 1890.

Isto porque, conforme defende, «países com a história e as tradições do nosso, [...] países como Portugal, emancipado sucessivamente de tutelas poderosas pela força do braço de seus filhos e resgatado para a liberdade pelo prestígio da inteligência dos seus homens, não podem, não devem, por muito funesta que tenha sido a influência de um longo regime de corrupção, [...] fechar os olhos às chicotadas com que, dia-a-dia, e hoje mais que nunca, experimentam a resistência da sua pele e a resignação do seu ânimo».⁹

Transcrevemos, seguidamente, o editorial de João Chagas, porque, efectivamente, é preciso atentar em cada palavra, pois cada palavra será determinante no futuro imediato de Portugal:

«No momento em que esta folha aparece, Portugal encontra-se na situação em que se decide dos destinos de uma nacionalidade. Portugal ou renasce, ou se vinga pela revolução, ou espera o apodrecimento total com a resignação cobarde de certos doentes que preferem aguardar a invasão da morte a deixar-se amputar a tempo de ressurgir para a vida.

⁹ *Ibidem*.

Nunca a questão se propôs em termos tão frisantes. Não há tergiversações nem hesitações – o caminho está indicado pelos homens e pelas coisas.

Se o país consentir na derradeira humilhação que lhe querem impor e deixar passar sem uma explosão formidável de cólera o pacto firmado entre os negociantes de Londres e os traficantes da política portuguesa; se, ignorando que um povo deixa de existir desde o momento em que perdeu por completo o sentimento da dignidade colectiva, não destruir, movido do mesmo impulso violento, as instituições que o comprometeram, o arruinaram e finalmente o venderam; se, exaurido até à última gota do sangue generoso da antiga raça portuguesa, já não sentir palpitar-lhe o coração, fecharem-se-lhe os punhos, cerrarem-se-lhe os dentes, perante o desdém, o desprezo e a ameaça brutal do estrangeiro e a tirania ridícula e odiosa dos exploradores do país, é porque, decididamente, sem sombra de ilusão, sem vislumbre de esperança, a obra de corrupção do constitucionalismo feriu fundo e profundamente e, no corpo da sociedade portuguesa, como no dos leprosos irremediavelmente perdidos, não há já um palmo de tecido aproveitável.

Não queremos crê-lo.

Países com a história e as tradições do nosso, tendo afirmado as admiráveis aptidões da sua raça, afixado através dos séculos em mil formas de actividade a fecunda iniciativa do seu génio e mais de uma vez operado transformações em nome de ideais levantados e com este frenesim que só um alto espírito de independência empresta ao ardor das lutas políticas; países como Portugal, emancipado sucessivamente de tutelas poderosas pela força do braço de seus filhos e resgatado para a liberdade pelo prestígio da inteligência dos seus homens, não podem, não devem, por muito funesta que tenha sido a influência de um longo regime de corrupção, por muito impudente que seja a desenfreada ambição dos flibusteiros a quem o destino o entregou, por muito cruel que seja o desvalimento em que se encontra, fechar os olhos às chicotadas com que dia-a-dia, e hoje mais que nunca, experimentam a resistência da sua pele e a resignação do seu ânimo.

Não! É absolutamente impossível. Essa situação seria estúpida. A história não o acreditaria. O futuro diria: é falso, não houve um povo assim!

Pois bem! Se com efeito, como desejamos crer, Portugal vai erguer os braços, empunhar o seu rijo e elástico varapau e varrer do norte ao sul essa feira franca de cortesãos ociosos, ministros corruptos e funcionários vadios, a matilha dos que o exploram, dos que o roubam e dos que o vendem; se Portugal vai reabilitar-se, ser enfim um país digno e honesto

e dar ao mundo o espectáculo de uma pequena nação que castiga e se desafronta, a nossa missão, a missão desta folha está de per si definida.

A República Portuguesa orientar-se-á pela atitude do povo português. O tempo urge. A solução, seja ela qual for, não tardará.

Até lá, a obra deste jornal será inteiramente e desassombradamente revolucionária. Tanto vale dizer que será um jornal de combate e, como o declaramos no nosso prospecto, dirá tudo o que for mister:

A despeito da vontade pessoal do rei;

A despeito da tirania dos governos;

A despeito do ódio e da antipatia dos homens e dos partidos que exploram o país.

Se, porém, mau grado a violência e a brutalidade dos de fora, e a corrupção e a venalidade dos de dentro, a nação opuser ainda ao cumprimento indeclinável do seu dever, o abandono criminoso das suas forças, *A República Portuguesa*, tendo desprezado o seu campo de acção revolucionário, deixará a outros o encargo doloroso de a guiar através o tremedal que ainda então ai de nós! Será a pátria de nós todos». ¹⁰

Este primeiro número integra, também, dois outros artigos fundamentais: uma carta de José Elias Garcia, que dá conta da posição do Partido Republicano Português face à crise de regime aberta pelo *Ultimatum* inglês; e um artigo, intitulado «Definitivamente roubados», relativo ao *afrontoso* Tratado de 20 de Agosto (de 1890) assinado entre Portugal e a Inglaterra, considerando:

«Agora só se iludirá quem quiser; e não é permitido a ninguém que preze o decoro do seu espírito manter enganos e ledos os enlevos adiante de um certo ponto e acima de uma certa medida. A mesma estupidez tem limites. Pois há quantos anos nos moem os ouvidos com esta cantata de que a monarquia é a única garantia da integridade nacional e de que, uma vez desarraigada essa árvore veneranda, desprotegidos da sombra augusta da sua ramaria frondente, um vento de dispersão tomaria os portugueses desamparados e os arremessaria, inermes, aos quatro pontos do mundo?». ¹¹

A estas considerações, segue-se a publicação do texto completo daquele tratado, bem como a secção denominada *Pelourinho*, que acompanha as edições diárias de *A República Portuguesa*, e que, neste

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

primeiro número apresenta «Os três de Inglaterra – D. Carlos, Augusto Barjona de Freitas e Hintze Ribeiro» retratados como traidores da pátria, uma espécie de vendilhões do templo, sendo mesmo Hintze Ribeiro apelidado de «traidor e ministro dos negócios **dos** estrangeiros». Para que não subsistam dúvidas sobre a ameaça que o jornal representa para a Monarquia, o periódico avança, desde logo, o nome dos seus prestigiados colaboradores republicanos: Alberto d’Oliveira, Rocha Peixoto, Alves Correia, António Augusto d’Almeida, Basílio Teles, Bernardino Pinheiro, Eduardo de Souza, Gomes Leal, Guedes d’Oliveira, Heliodoro Salgado, Jacinto Nunes, João Novais, José Elias Garcia, José Pereira de Sampaio (Bruno), Júlio de Matos, Latino Coelho, Magalhães Lima, Mariano Pina, Raul Brandão e Teófilo Braga.

Evidentemente que, quer pela natureza do discurso jornalístico adoptado, quer pela qualidade das colaborações, *A República Portuguesa* fica, desde o primeiro número, sob a vigilância apertada das autoridades administrativas e policiais do Porto. Embora ciente dessa situação, João Chagas não altera o ângulo da edição diária do jornal, que é sempre o mesmo: um claro apelo à mobilização dos portugueses contra a Monarquia e os seus fiéis servidores, enfim, um claríssimo incitamento à revolução, que merece a crítica dos que defendem que as revoluções fazem-se mas não se anunciam na Imprensa. O tom também é sempre igual: demolidor [das instituições monárquicas]. A certa altura, considerando que Portugal se encontra numa espécie de «entreacto», João Chagas, em novo editorial explicita: «acabou a força e vai começar o drama». Depois avisa: «Leiam-no e meditem-no os que teimam em aceitar como um facto irremediável o esfacelo da sociedade portuguesa e ainda riem [...] da obra frenética de revolução em que nós outros andamos empenhados com o fervor e o entusiasmo que só a absoluta fê concede aos combatentes das grandes causas».¹²

A incitação à revolta anda a par e passo com a crítica mordaz utilizada em cada nova edição. Vejamos, a título de exemplo, o seguinte excerto:

«Esbofeteiam-no com ultimatuns, atraíçoam-no com ditaduras em que a liberdade é calcada aos pés, reprimem à valentona os impulsos mais

¹² Idem, 3 Setembro 1890, p. 1.

nobres da sua consciência, abusam ignobilmente da sua debilidade, uma malta de ladrões que o rouba nos seus cofres e um bando de miseráveis que o rouba na sua honra; vendem-no por fim a uma ambiciosa nação estrangeira – os que o vendem são os seus homens, é o seu rei, são os seus ministros – e esse povo há-de hesitar uma hora, um minuto, um segundo em cumprir rigorosamente o seu dever?». ¹³

Esta capacidade crítica do jornal é, aliás, reconhecida pelos demais diários comprometidos com o movimento republicano. *O Primeiro de Janeiro*, por exemplo, saúda o aparecimento da publicação, escrevendo:

«*A República Portuguesa* entra na arena do jornalismo com o sangue dos novos e com um vigor de arremetida que não tem contemplações nem poupa golpes ao que considera o vício constitucional da sociedade portuguesa. Usa com desassombro do direito inalienável de crítica, como costuma usá-lo o espectador que, tendo pago o seu bilhete de entrada, pateia destemidamente, porque não gosta do espectáculo. [...] Poucos terão a coragem de falar tão alto, mas a triste realidade adverte que vai engrossando desmedidamente a legião dos que dizem as mesmas coisas baixinho». ¹⁴

O jornal *Os Debates* também regozija com o início da publicação, considerando:

«O Porto precisava de um jornal de combate que levantasse com ousadia e com firmeza a bandeira da democracia, atacando sem hesitações e sem receios a imoralidade monárquica. Tem hoje esse jornal, pois que *A República Portuguesa* veio a público para lutar com o maior desassombro pelo nosso caro ideal e para combater intransigentemente sejam quais forem as ameaças da monarquia contra aqueles que dizem a verdade ao povo». ¹⁵

Os ferozes ataques de João Chagas à crise que atravessa o país sucedem-se diariamente. A partir da décima edição percebe-se a existência de uma estratégia concertada entre *A República Portuguesa*, *A Justiça Portuguesa*, *O Século*, *O Primeiro de Janeiro* e *Os Debates* e são publicados artigos de outros vultos do republicanismo como João

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *O Primeiro de Janeiro*, 2 Setembro 1890, p. 1.

¹⁵ *Os Debates*, 2 Setembro 1890, p. 1.

Novais, José Elias Garcia, Sampaio Bruno, Magalhães Lima e Teófilo Braga. Por outro lado, após os confrontos entre a polícia e o povo, em Lisboa, João Chagas endurece ainda mais as críticas, atacando diretamente o rei num editorial intitulado «O Rei, eis o inimigo», em que considera que o monarca «está positivamente conspirando e a sua presença é um perigo para a integridade da pátria».¹⁶ Atenemos no que diz:

«Não! O governo não faria tanto! O que se passou em Lisboa é a prova provada de que esse rapazola de 26 anos, sem talento, sem tino e sem carácter, está disposto a romper definitivamente com a nação. O Senhor D. Carlos tem as costas quentes. Protege-o a Inglaterra e essa aliança clássica da sua dinastia com o país que nos rouba.

[...] O tratado é uma violência da Inglaterra sobre um povo mas é um contrato com um homem. Em troca dessa vergonhosa cessão de territórios, em troca de tudo o que damos de mão beijada e do que prometemos fazer para que o presente seja realmente principesco, a Inglaterra concede ao rei de Portugal auxílios secretos e recompensa largamente os seus cúmplices nesse pacto que é um verdadeiro complot, que é um verdadeiro crime.

Caíam os ministérios, formem-se ministérios, fuzile-se o povo, espanque-se a polícia. Enquanto o rei existir, a pátria está em perigo.

O rei é o inimigo!».¹⁷

254

Todos os dias surge o mesmo ataque à Inglaterra, ao tratado, ao rei, porém, entre as edições mais emblemáticas de *A República Portuguesa* destacamos: a número 22,¹⁸ cuja manchete – «Os sete homens que venderam à Inglaterra a África portuguesa» é acompanhada das imagens de cada um dos visados, designadamente Lopo Vaz, Serpa Pimentel, Hintze Ribeiro, Frederico Arouca, João Franco, Júlio de Vilhena e João Arroyo; a número 37,¹⁹ cujo título de primeira página - «A solução da crise – O Partido Republicano deve proclamar a República» remete para um artigo em que defende que os republicanos, enquanto «representantes da vontade do país», deveriam tratar «de intervir quanto antes na direcção dos seus negócios e na orientação dos seus destinos. A lógica

¹⁶ *A República Portuguesa*, 17 Setembro 1890, p. 1.

¹⁷ *Idem*, 17 Setembro 1890, p. 1.

¹⁸ *Idem*, 22 Setembro 1890, p. 1.

¹⁹ *Idem*, 7 Outubro 1890, p. 1.



A Republica Portuguesa, n.º 22, 22 de Setembro de 1890.

da evolução política impõe [...] uma solução: a República».²⁰ A edição 62,²¹ com título de capa «Ao Governo – Aqui escreve-se o que se sente e toma-se a responsabilidade do que se escreve», que reage ao facto do governo ter processado dois jornais republicanos de Lisboa; também a edição número 77,²² que reproduz integralmente o manifesto dos estudantes de Coimbra que responsabiliza exclusivamente a monarquia pela crise do regime. Este manifesto fora alvo da fúria da polícia, que apreendera todos os exemplares que os estudantes distribuíam em plena Praça de D. Pedro, no Porto, e vai estar na origem das primeiras querelas de *A República Portuguesa* sob a acusação de abuso da liberdade de pensamento.²³ Salienta-se ainda a edição número 121,²⁴ na qual é feito um balanço do ano, considerado «Um ano terrível», identificando as

²⁰ Ibidem.

²¹ Idem, 1 Novembro 1890, p. 1.

²² Idem, 16 Novembro 1890, p. 1.

²³ Idem, 28 Novembro 1890, p. 1.

²⁴ Idem, 31 Dezembro 1890, p. 1.

datas mais dolorosas da história desse ano, bem como os protagonistas dos episódios que, segundo o jornal, possibilitaram que um novo ideal entrasse no espírito dos portugueses – o ideal republicano.



256

A Republica Portueguezza, n.º 97, 6 de Dezembro de 1890.

Por outro lado, o jornal apresenta, para além de edições fundamentais, algumas secções principais, entre as quais se salienta, da primeira à última edição, publicada a 31 de Janeiro de 1891, a secção denominada *Pelourinho* e um *Folhetim* da autoria de João Chagas.

No *Pelourinho* vão sendo ‘julgados’ os protagonistas da cena política nacional e internacional. Se no primeiro *Pelourinho* são apresentados a julgamento «Os três de Inglaterra»: D. Carlos, Augusto Barjona de Freitas e Hintze Ribeiro, todos retratados como traidores da pátria, a partir da edição sete, o *Pelourinho* passa a denominar-se *Pelourinho ou Pantheon* e por lá desfilam outras figuras do regime, como Lopo Vaz de Sampaio (ministro da Justiça), D. Afonso (irmão de D. Carlos), Major Serpa Pinto, Oliveira Martins e Mariano Cyrillo de Carvalho, entre outros.

No *Folhetim*, João Chagas desfia as suas memórias de repórter acerca da viagem que a família real fez ao Norte antes dos tumultos

desta época, no sentido de que, através das suas palavras, alinhadas em frases ao estilo da reportagem, os leitores captem a decadência da Monarquia e dos monárquicos.

Assim, não surpreende que para *A República Portuguesa* e para João Chagas, o novo ano de 1891 tenha começado sob a acusação de abuso de liberdade de pensamento, motivo pelo qual ambos tinham, aliás, sofrido as primeiras querelas em finais de Novembro de 1890. Assim acontece até às vésperas do 31 de Janeiro (1891), ocasião em que João Chagas é preso. Assim sucede até à revolução do 31 de Janeiro, momento em que são presos outros jornalistas e directores de jornais e em que é suspensa a publicação de vários periódicos de feição, mais ou menos, abertamente republicana. Ao abrigo do Decreto de 29 de Março de 1890, que acima referimos, *A República Portuguesa* é suspensa após o fracasso do 31 de Janeiro (1891) e João Chagas é condenado pelo Tribunal Militar de Leixões ao exílio em África.

Neste contexto, da vivência com Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Conde de Ficalho, António Cândido e Guerra Junqueiro, João Chagas passa à convivência com os demais condenados ao degredo, primeiro em Mossamedes, e depois na Fortaleza de S. Miguel, em Luanda, Angola, donde acaba por conseguir evadir-se, não sem antes escrever o seu *Diário de um condenado político: 1892-1893*, uma das suas principais obras. Após um período de exílio, regressa a Portugal desanimado com «as inclemências da vida e a conduta dos homens»,²⁵ pelo que se mantém, temporariamente, afastado do estado quase febril em que o jornalismo e a política o mergulhavam.

Contudo, como previra, o periódico *A República Portuguesa* transformara a «consciência nacional», «baqueara um trono» e provocara a adesão dos espíritos a «um ideal». ²⁶ Ora, é, precisamente, essa consciência nacional, esse ideal republicano semeado no campo popular, que João Chagas - que, pela primeira vez, se confessara republicano nas páginas de *A República Portuguesa* - procura reanimar através do seu *Diário Livre*, uma secção que mantém, a partir de 1908, no diário republicano *O Mundo*, em oposição à ditadura de João Franco (1907-

²⁵ Noémia Malva Novais, *João Chagas, A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*, Coimbra : MinervaCoimbra, 2006, p. 25.

²⁶ *A República Portuguesa*, 31 Dezembro 1890, p. 1.

1908). Na verdade, a ditadura franquista instiga-o a desenvolver esta rubrica de combate à Monarquia que estará, posteriormente, na origem de outra das suas obras mais significativas: *Cartas Políticas*. Estas *Cartas Políticas* podem, aliás, ser consideradas como os últimos golpes num Trono que nesta altura estava já cambaleante.²⁷

Ora, é este espírito jornalístico e panfletário que João Chagas recupera em plena Primeira Guerra Mundial, nomeadamente, em 1915, quando regressa a Portugal e inicia, novamente na Imprensa, mais uma campanha de apelo a uma revolução, desta vez contra a ditadura de Pimenta de Castro. Escolhe o Porto para início de mais este combate pela pena e aí escreve *A Última Crise*, um opúsculo publicado com o objectivo de elucidar os portugueses sobre a ditadura de Pimenta de Castro, bem como da necessidade de uma nova revolução para derrubar o governo *pimentista* e repor a normalidade constitucional consagrada na Constituição republicana de 1911. Este documento influencia claramente a situação política interna que tem o seu desenlace na revolução de 14 de Maio de 1915.

Encontramos, aliás, o mesmo modo de actuação em *Portugal perante a Guerra. Subsídios para uma página da história nacional*, um opúsculo que explicita as razões do intervencionismo português no conflito que assola a Europa há já um ano, revelando, assim, a noção que João Chagas tem sobre a vantagem de «saber cortar letra de forma» e, desse modo, formar a opinião pública portuguesa. João Chagas, que jamais receará ouvir a voz da sua consciência, continua, no fim da vida, em 1925, motivado a defender a honra da República pelas letras que, desta vez, não fosse a doença que sobre ele se abateu após o regresso de Paris a Portugal, prosseguiria no comando do jornal *Diário de Notícias*. Assim não o quis o destino do jornalista, escritor, panfletário, político e diplomata, durante a República como durante a Monarquia, sempre homem de letras.

²⁷ Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, cit., p. 22.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- A República Portuguesa*, Porto, A. 1, n.º 1 (1 de Setembro de 1890) a A. 1, n.º 148 (31 de Janeiro de 1891).
- O Primeiro de Janeiro*, Porto, 2 Setembro 1890.
- Os Debates*, Porto, 2 Setembro 1890.
- A. C. Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu : Palimage Editores, 2001.
- J. N. Jeanneney, *Uma História da Comunicação Social*, Lisboa : Terramar, 1996.
- A. de Mesquita, *João Chagas*, Lisboa : Parceria António Maria Pereira, 1930.
- N. M. Novais, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra. 1914-1918*, Coimbra : MinervaCoimbra, 2006.
- A. Ribeiro, *É a Guerra, Diário*, Amadora : Bertrand, 1975.
- J. Tengarrinha, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra : MinervaCoimbra, 2006.
- Idem, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa : Portugália, 1965.